

EUA

Trump sofre derrota eleitoral no Congresso

Mundo 11



PREFEITURA

Obras atuam na prevenção às chuvas

Últimas 2

emtempo
Tradição e credibilidade

Portal Em Tempo
ACESSE O QR CODE

R$ 1,00

ANO XXXIII - **Nº 11.806** - Manaus, **quinta-feira, 5 de novembro** de 2026

Petrobras amplia exploração no Amazonas



A Petrobras poderá dar continuidade e ampliar as atividades de prospecção, pesquisa e exploração de petróleo e gás natural em uma área de mais de 26 mil hectares no município de Tefé, a 523 quilômetros de Manaus. A autorização foi formalizada nesta terça-feira (3), com a assinatura de um Termo de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) entre o Governo do Amazonas e a companhia.

Economia 7



MANAQUIRI

Queimada atinge área de 169 campos de futebol

Dia a Dia 8

GOVERNO

Alessandra Campelo comandará transição

Política 5





BOIS-BUMBÁS

Festival Parintins anuncia venda de ingressos

Plateia 9



CRISE NO FUTEBOL

Amazonas acumula quatro punições da Fifa

Esporte 10

COMPRO SEU CARRO



PAGAMENTO À VISTA
TODAS AS MARCAS E MODELOS
AVALIAÇÃO RÁPIDA

COMECE UM NOVO CAPÍTULO

VIRE ESSA PÁGINA DA SUA VIDA

SEU CARRO VALE DINHEIRO

(92) 98477-4419



FAÇA SUA AVALIAÇÃO!

EMTEMPO

redacao@emtempo.com.br |

Prevenção às chuvas mobiliza 47 frentes de obras

DIVULGAÇÃO



Prefeitura reforça equipes com materiais para manutenção da rede de drenagem da capital

Seminf amplia serviços de drenagem, limpeza de bueiros e igarapés

O prefeito de Manaus, Renato Junior, recebeu, nontem (4), o abastecimento de uma grande carga de materiais à Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminf). O reforço inclui brita, areia, rachão, cimento e ferro, usados na confecção das grades das tampas de bueiro. O material garante suporte necessário às equipes que trabalham na prevenção aos problemas causados pelas chuvas.

"A gente está recebendo uma carga gigantesca de brita, areia, rachão, cimento e ferro para fazer as grades das tampas de bueiro. Tudo isso é o bastidor da Seminf. Esse material já está aqui, mas também já está na rua", afirmou o prefeito. Há seis meses, durante o verão amazônico, a prefeitura executa um plano de prevenção para o período chuvoso, com desassoreamento de igarapés e limpeza de bueiros. Conforme o prefeito, o maior desafio continua sendo o lixo descartado de forma incorreta, que volta a entupir a rede de drenagem.

"Sabemos que vamos ter problemas, porque, lamentavelmente, o bueiro que a gente limpa hoje, amanhã já tem lixo de novo, pelo descarte incorreto. Mas estamos prevenindo os problemas que teremos no inverno, e é com muita responsabilidade, coragem e força de vontade que a gente vai encarar todos os desafios que estão pela frente", disse Renato Junior.

A prefeitura reforça o pedido para que a população descarte o lixo nos dias e horários da coleta, evitando que os resíduos cheguem a bueiros e igarapés. "Toda a cidade está contemplada por meio dos nossos 18 distritos de obras. O prefeito segue firme no compromisso de atender toda a população e diminuir o impacto com a chegada das chuvas", enfatizou o secretário municipal de Infraestrutura, Madson Rodrigues. Somente nesta quarta-feira, a Seminf atua em 47 frentes de serviço, com a desobstrução de caixas coletoras e bueiros em ruas dos bairros Lírio do Vale 1, Alvorada 2, Cidade de Deus, Cidade Nova, Santo Antônio, Parque 10 de Novembro, Colônia Terra Nova, Santa Etelvina, Lagoa Azul, Tarumã-Açu, Tancredo Neves e Zumbi dos Palmares. As equipes também executam o serviço de dragagem na rua Dom Bosco, no Cidade de Deus; na avenida Peixe Cavalo, no Tarumã; na travessa João Evangelista, no Cidade Nova; e na rua Limeira, no Colônia Terra Nova. Na rua das Flores, no bairro Flores, a ação inclui a limpeza do igarapé. A recuperação da rede de drenagem avança em 16 pontos, em bairros como Redenção, Adrianópolis, Parque 10, Petrópolis, São Francisco, Compensa 2, São Jorge, Novo Aleixo, Tancredo Neves, Jorge Teixeira, Novo Israel, Colônia Terra Nova e Santa Etelvina. No Colônia Antônio Aleixo, a Seminf implanta uma nova rede de drenagem na rua Alberto Campanha. A drenagem superficial chega à avenida Margarita, no Nova Cidade, e à rua Abirité, no Flores, onde a rua Argentina também recebe limpeza da rede. As frentes incluem ainda limpeza manual e mecânica nas ruas Indiara e Rio Grajaú, no Novo Aleixo; e na rua Ocre, no Tancredo Neves. Os serviços de meio-fio acontecem na avenida Brigadeiro Hilário Gurjão, no Jorge Teixeira, e na avenida do Turismo, na Ponta Negra,

DESTAQUE

Autazes volta à liderança na Atenção Primária à Saúde

DIVULGAÇÃO



Atendimentos itinerantes ampliaram a assistência às comunidades rurais

A Prefeitura de Autazes, na gestão do prefeito Thomé Neto, e a Secretaria Municipal de Saúde, sob o comando do secretário Municipal de Saúde, Ráiner Figueiredo, conquistaram novamente o primeiro lugar no Amazonas na análise gerencial do Sistema de Informação para a Atenção Primária à Saúde (SIAPS), referente ao segundo quadrimestre de 2026. O resultado representa um avanço expressivo para o município, que saiu da 45ª posição para a liderança estadual e alcança esse reconhecimento pela segunda vez consecutiva neste ano.

A ampliação dos atendimentos e a presença das equipes nas comunidades rurais e ribeirinhas estão entre os fatores apontados pela gestão para o desempenho.

A estratégia adotada pela administração municipal tem como prioridade ampliar o acesso aos serviços básicos de saúde, tanto na sede quanto nas localidades mais distantes. Para isso, de acordo com o secretário, a Secretaria de Saúde intensificou as ações itinerantes e estruturou um calendário de atendimentos nas comunidades ribeirinhas, garantindo maior regularidade na assistência à população que enfrenta dificuldades de deslocamento.

"A principal estratégia foi ampliar os atendimentos na cidade e na zona rural. As viagens itinerantes passaram a contar com um calendário organizado, permitindo que as equipes cheguem a comunidades que antes não recebiam assistência de forma constante", explica o secretário Ráiner Figueiredo. Um dos pontos considerados decisivos para o resultado é o vínculo e o acompanhamento entre os usuários e as equipes de Atenção Primária, associado ao acompanhamento contínuo da população. O desafio geográfico também influencia o planejamento das ações. Mais de 60% da população de Autazes vive na zona rural.

LIMPEZA URBANA

Descarte irregular soma 5 mil toneladas de lixo

Mais de 5 mil toneladas de lixo descartado irregularmente foram retiradas de espaços públicos de Manaus durante o mês de outubro. O balanço da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (Semulsp) aponta a limpeza de 541 pontos de descarte irregular, distribuídos por 43 bairros da capital. Os resíduos foram encaminhados ao aterro sanitário municipal, enquanto materiais que exigem tratamento específico receberam destinação adequada.

O secretário municipal de Limpeza Urbana, Sabá Reis, destacou que o combate ao descarte irregular exige ações permanentes do poder público e colaboração dos moradores. Segundo ele, seguindo a orientação do prefeito Renato Junior, as equipes intensificaram os serviços para manter os espaços públicos limpos e reduzir os impactos ambientais e sanitários provocados pelo acúmulo de resíduos.

As zonas Norte e Leste concentram o maior número de pontos de descarte irregular, seguidas pelas zonas Sul e Centro-Sul. O levantamento mostra que o problema permanece distribuído por diferentes regiões da cidade, exigindo não apenas a retirada dos resíduos, mas também fiscalização e conscientização da população. Um dos casos mais graves foi registrado na avenida Margarita, no bairro Jorge Teixeira, zona Leste. Ao longo da via, as equipes identificaram e limparam 26 pontos de descarte irregular. Em quatro desses locais, foram encontrados 16 cadáveres de cães abandonados entre os resíduos.

DIVULGAÇÃO/SEMULSP



Equipes da Semulsp recolheram resíduos em diferentes zonas

|Contexto|

MATHEUS RODRIGUES /ALEAM



Durante a sessão plenária, na Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), os parlamentares estaduais abordaram temas relacionados à participação das mulheres na política. Em seu pronunciamento, o deputado Rozenha (PSD) defendeu a ampliação da participação das mulheres nos espaços de representação política. Ao falar sobre a participação feminina na política, o parlamentar lembrou a conquista do direito ao voto pelas mulheres no Brasil, na década de 1930, e observou que, apesar de a medida ter sido inicialmente motivada por interesses políticos da época, acabou contribuindo para ampliar a presença feminina nas decisões eleitorais do país. "Parlamento que tem mulher tem dignidade, tem justiça e, acima de tudo, tem coragem e sensibilidade", afirmou. No mesmo assunto, a deputada Brena Dianná (UB) destacou a importância da luta histórica das mulheres pelo direito ao voto e a necessidade de ampliar a representatividade feminina nos espaços de decisão política. A parlamentar lembrou que o dia 3 de novembro de 1930 marcou um momento importante na mobilização pelo sufrágio feminino no Brasil. A conquista foi oficializada em 24 de fevereiro de 1932, com a instituição do Código Eleitoral, que reconheceu o direito das mulheres de votar. Brena Dianná ressaltou que o exercício do voto, atualmente considerado um direito natural da cidadania.

Comissão definida

O governador Roberto Cidade assinou o decreto que oficializa a comissão de transição do Governo do Amazonas. O grupo terá seis integrantes, três indicados pela gestão atual e três pelo governador eleito Omar Aziz. A vice-governadora eleita, Alessandra Campelo, coordenará os trabalhos, que incluem o levantamento de contratos, contas, programas e projetos estaduais.

Nomes de Omar

O governador eleito Omar Aziz confirmou três nomes para sua equipe de transição: Alessandra Campelo, Thomaz Nogueira, ex-superintendente da Suframa, e o advogado Lucas Brandão. Eles ficarão responsáveis pelas áreas política, econômica e jurídica, respectivamente. A nova gestão assume em 6 de janeiro de 2027.

Orçamento menor

O orçamento do Amazonas para 2027 está estimado em R$ 37,2 bilhões, redução de R$ 768 milhões em relação ao aprovado para 2026. Educação terá previsão de R$ 5,65 bilhões, enquanto a saúde contará com R$ 4,74 bilhões. A proposta foi encaminhada à Assembleia Legislativa e ainda será analisada pelos deputados.

Debate penal

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) defendeu tratamento penal diferenciado para adolescentes envolvidos em crimes hediondos. O parlamentar também propôs que uma eventual discussão sobre redução da maioridade penal seja feita em uma PEC específica, separada da proposta de Segurança Pública em análise no Congresso.

Passe livre suspenso

Estudantes da rede estadual de Manaus continuam sem novas recargas do Passe Livre Estudantil. O Governo do Amazonas afirma que quitou os repasses referentes a 2026, mas o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros mantém a cobrança de valores pendentes de 2025. O impasse financeiro segue sem previsão de normalização do benefício.

Petróleo em Tefé

O governador Roberto Cidade assinou concessão de uso de uma área estadual de mais de 26 mil hectares em Tefé para a Petrobras. O terreno integra o Polo Urucu e será utilizado em atividades de pesquisa e exploração de petróleo e gás natural. A propriedade permanece pertencendo ao Estado.

Parceria japonesa

O Governo do Amazonas discutiu com o embaixador do Japão, Yasushi Noguchi, uma parceria entre o Cetam e empresas do Polo Industrial de Manaus para qualificar jovens. O Estado informou que cerca de 40 empresas japonesas atuam na Zona Franca, mantendo mais de 20 mil empregos. Ainda não há cronograma ou número de vagas definido.

Quilombolas cobram

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) cobrou medidas de saúde e proteção territorial para comunidades afetadas pela fumaça das queimadas no Amazonas. A entidade cita localidades de Barreirinha, Itacoatiara, Manaus, Parintins e Rio Preto da Eva e reivindica atendimento emergencial e agilidade na titulação dos territórios.

Efetivo militar

A Assembleia Legislativa do Amazonas rejeitou o veto ao projeto que estabelece parâmetros para o efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. A proposta prevê como referência um policial para cada 450 habitantes e um bombeiro para cada 2 mil. A medida não determina contratações ou concursos imediatos.

Acumulação compulsiva

Um projeto do deputado estadual Dr. George Lins (União Brasil) propõe ações integradas de saúde e assistência social para pessoas com acumulação compulsiva. O texto prevê orientação, acompanhamento psicológico e atuação conjunta de órgãos públicos. A proposta ainda tramita na Assembleia Legislativa.

Disque 100

Um projeto do vereador Saimon Bessa (União Brasil) prevê a divulgação do Disque 100 em eventos esportivos e locais de ensino e prática de esportes em Manaus. A proposta busca facilitar denúncias de violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes. O texto foi aprovado em primeira discussão e ainda precisa passar por novas etapas na Câmara Municipal.

emtempo
O jornal que você lê!

JORNAL AMAZONAS EM TEMPO

Endereço: Dr Dalmir Camara - 623 - São Jorge

FALE CONOSCO
Comercial
(092) 98859-0110
Redação Circulação

Portal Em Tempo
ACESSE O QR CODE



Aplausos

MARCO MORAES/SECOM



O Teatro Amazonas recebeu oficialmente, nesta terça-feira (3), o certificado que reconhece o monumento como Patrimônio Mundial Cultural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A entrega foi feita pela representante da entidade no Brasil, Marlova Noleto, durante cerimônia em Manaus. naugurado em 1896, durante o ciclo da borracha, o teatro passa a integrar a lista de bens reconhecidos internacionalmente por seu valor cultural e histórico. A chancela também contempla o Largo de São Sebastião, em Manaus, e o Theatro da Paz e a Praça da República, em Belém (PA). A certificação oficializa a decisão.

Vaias

DIVULGAÇÃO



Um homem de 45 anos foi preso temporariamente, na terça-feira (3), suspeito de tentar matar um comerciante de 30 anos durante uma discussão por vagas de estacionamento no bairro Monte das Oliveiras, zona norte de Manaus. O crime ocorreu em 17 de outubro e envolveu disparos de arma de fogo contra um estabelecimento comercial. Segundo a Polícia Civil do Amazonas (PC-AM), os dois homens tinham comércios próximos e começaram a discutir por causa da disputa por vagas para estacionar veículos. Durante o desentendimento, o investigado teria atirado em direção ao estabelecimento onde a vítima estava. Ele segue à disposição da Justiça.



Manaus, **quinta-feira, 5** de novembro de 2026
emtempo

Editorial

Combate necessário

A violência contra a mulher continua sendo uma realidade que exige atenção permanente do poder público e de toda a sociedade. Embora campanhas de conscientização e discursos de combate sejam importantes, eles não bastam para proteger quem vive sob ameaça. Cada denúncia representa um pedido de socorro que precisa ser levado a sério, com atendimento humanizado, investigação eficiente e medidas capazes de impedir que agressões se repitam ou terminem em feminicídio.

O enfrentamento desse problema exige políticas públicas contínuas, delegacias preparadas, redes de acolhimento, assistência psicológica e jurídica, além de mecanismos que garantam segurança às vítimas. Também é fundamental combater a impunidade e assegurar que medidas protetivas sejam efetivamente cumpridas. Muitas mulheres enfrentam o medo, a dependência financeira e a falta de apoio para romper o ciclo de violência. Ignorar essas dificuldades significa deixar vítimas ainda mais vulneráveis.

O combate à violência de gênero não pode ser responsabilidade exclusiva das mulheres nem depender da repercussão de casos que chocam a opinião pública. Governos precisam agir, instituições devem cumprir seu papel e a sociedade não pode se calar diante de sinais de agressão. Proteger mulheres significa garantir direitos, preservar vidas e oferecer condições para que nenhuma vítima precise escolher entre permanecer em uma situação de violência ou enfrentar o abandono.



Roseane Torres Lima

É advogada há 10 anos, pós-graduanda em ESG e Sustentabilidade. Atuou como assessora e procuradora judicial e do meio ambiente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), com experiência em gestão ambiental, fundiária e políticas públicas na Amazônia.

Divorcio: Quando o fim do casamento gera dever de indenizar?

O fim de um casamento é invariavelmente, um processo doloroso, envolve a quebra de expectativas, a reorganização da vida e um luto pelo projeto que se encerra. Mas essa dor, por mais profunda que seja, pode ser convertida em uma indenização?

A resposta, segundo os tribunais brasileiros é o bem conhecido no direito, "depende" que revela a complexa fronteira entre as mágoas da vida privada e os atos ilícitos passíveis de reparação.

A regra geral, consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a de que o rompimento do vínculo conjugal, por si só, não gera o dever de indenizar. O Poder Judiciário entende que não lhe cabe precificar o fim do afeto ou punir um dos cônjuges pelo simples fato de o relacionamento ter terminado.

A frustração e a tristeza, nesse contexto, são consideradas dissabores inerentes à vida, e não um dano que a lei possa compensar financeiramente. Essa visão foi reforçada pela Emenda Constitucional nº 66/2010, que simplificou o divórcio e afastou a necessidade de discutir a "culpa" pelo término.

A situação muda, contudo, quando a conduta de um dos parceiros extrapola a crise conjugal e se transforma em um verdadeiro ato ilícito, ferindo diretamente a dignidade, a honra ou a imagem do outro. Nesses casos, a Justiça não está punindo o fim do amor, mas sim protegendo os direitos da personalidade, que são garantidos a qualquer indivíduo, dentro ou fora de um casamento.

A jurisprudência já delineou algumas situações exemplares em que a indenização é cabível. A mais emblemática é a da infidelidade acompanhada de humilhação pública. Não se trata de indenizar a traição em si, mas a forma como ela é conduzida.

Quando o ato é praticado de maneira ostensiva, com o claro propósito de expor, ridicularizar e constranger o parceiro perante amigos, familiares ou a comunidade, os tribunais reconhecem a ocorrência de um dano moral.

Outros casos são ainda mais claros, a violência física ou psicológica no âmbito da relação é, sem dúvida, um ato ilícito que gera o dever de reparação, independentemente do divórcio.

Da mesma forma, o STJ já reconheceu como passível de indenização a conduta do cônjuge que oculta deliberadamente a verdadeira paternidade de um filho nascido na constância do casamento. O engano, nesse cenário, representa uma violação grave do dever de lealdade e boa-fé, causando um abalo profundo na confiança e na dignidade do parceiro ludibriado.

Portanto, a questão central para a responsabilidade civil no divórcio não é "quem errou?", mas sim se a conduta de um dos cônjuges foi tão grave a ponto de causar um dano à personalidade do outro, para além da dor natural que toda separação acarreta. O Judiciário busca, com isso, um equilíbrio, que é respeitar a autonomia e a privacidade das relações, mas sem fechar os olhos para atos que, sob o pretexto de uma crise conjugal, configuram ofensas inaceitáveis à dignidade humana.

Cláudio Humberto

Com André Brito e Tiago Vasconcelos



"Os sinais de alerta estão acesos!"

Deputado Bibo Nunes (PL-RS) sobre sinais de recessão se avizinhando

Comando Vermelho invadiu Ceará no governo de petista cotado para o Ministério da Segurança

Tão logo o promotor Lincoln Gakiya foi citado para chefiar um eventual Ministério da Segurança Pública, o PT se mobilizou para exigir o comando da pasta. Não quer nem ouvir falar, assim como o "PCC", em entregar o ministério a alguém como Gakiya, com mais de 20 anos dedicados ao combate a facções criminosas. Lula ainda não decidiu se irá separar Justiça e Segurança Pública. Petistas metidos a estrategistas apostam que "segurança pública" ainda terá força nas eleições de 2030.

Valha-nos, Deus

Camilo Santana (PT-CE) é cotado agora para Segurança Pública. Ele foi governador do Ceará, onde o Comando Vermelho (CV) passou a dar as cartas.

Reféns e sem água

No último fim de semana, o CV mostrou que manda mesmo, cobrando taxa para permitir a venda de garrafões de água para a população.

Mapa da vergonha

A taxa cearense de homicídios é de 31,5 por 100 mil habitantes, mais que o dobro da nacional (14,74), segundo o Mapa da Segurança Pública 2026.

Triste legado

Camilo está na pista para suceder a Lula em 2030, e quer se projetar nacionalmente, mas seu legado no Ceará não o recomenda.

Juros altos rompem relação de Galípolo e Haddad

Com dificuldade de fazer uma autoanálise sobre a gestão que fez enquanto comandava a economia do país, Fernando Haddad não vive mais o bom momento que teve com Gabriel Galípolo, presidente do Banco Central. Haddad e Galípolo teriam batido boca no início do ano por causa da alta taxa de juros, que não cai como o governo espera. Passados meses do arranca rabo, os dois ainda mal se cumprimentam.

Metendo a colher

No Bacen, a reclamação é de que Haddad pressionava para interferir em decisões técnicas do banco, como as taxas básicas de juros.

Não se bicam

O desarranjo virou fonte de preocupação pois minou a relação entre o ex-ministro de Lula e Galípolo, com mandato garantido até o fim de 2028.

Na marra

Lula deve tentar forçar uma alteração na taxa de juros com as nomeações para as diretorias do Bacen. São seis até o fim de 2027.

Pós-reeleição

Índice que mede o valor da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), o Ibovespa fechou em queda todos os dias desde a reeleição de Lula (PT) para a Presidência, no dia 25 do mês passado.

Pós-reeleição II

As ações da Petrobras perderam mais de 15% do valor desde 16 de outubro, o patamar mais alto de ações da estatal dos últimos 30 dias. Ontem fechou no menor valor no mesmo período.

Adivinha quem vai pagar

Experiente executivo de pesquisas aposta que o governo Lula (PT) vai conseguir obter maioria nas duas Casas do Congresso Nacional. "Mas a que preço, não se sabe", alerta ele, que aposta em "custo muito caro".

Olho no Senado

O PL se reúne hoje para tentar definir os rumos do partido na eleição para presidente do Senado. Há grande chance de definir o nome de Rogério Marinho (PL-RN) para a disputa, mas nada está fechado ainda.

Climão

Nunes Marques e Gilmar Mendes devem ter hoje (4) o primeiro encontro presencial, no Plenário do Supremo Tribunal Federal, após o decano disparar alfinetada sobre a condução do TSE nas eleições.

Diferença grande

No estado de Nova York (EUA), diversas urnas eletrônicas apresentaram problemas na eleição de ontem (3). A solução foi pôr votos numa sacola. A diferença é que as urnas são só leitores do voto, que ainda é de papel.

Assim não dá

A oposição considera perseguição religiosa a classificação indicativa de desenhos bíblicos exibidos pela TV aberta, agora não mais recomendado para menores de 12 anos. Quem faz a ação é o Ministério da Justiça.

Tá lá

Não vai prosperar, mas o Novo pediu a cassação da chapa Lula-Alckmin e a inelegibilidade da dupla por oito anos. São três ações nas quais o partido pede investigação de 35 medidas eleitoreiras adotadas por Lula.

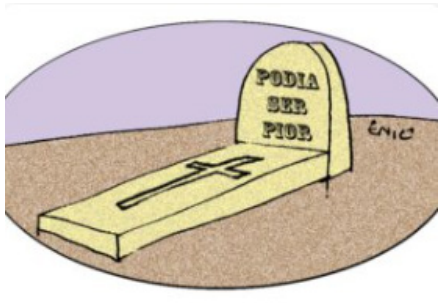
Pensando bem...

... não é burocrata que vai resolver a crise na Segurança Pública.

Poder sem Pudor

Tancredo e a pneumonia

A Câmara discutia em 1974 a cassação do deputado Francisco Pinto (MDB-BA), por suas críticas ao ditador Augusto Pinochet. Ernesto Geisel mandou o caso ao Supremo Tribunal Federal, que condenou Chico Pinto e a mesa da Câmara o cassou, num episódio vergonhoso. Tancredo Neves ouviu um deputado da Arena argumentar que não foi o AI-5, mas o STF que o cassou. Tancredo contou numa história ocorrida em sua São João Del Rey: "Morreu o vizinho de um compadre meu. Um homem bom, trabalhador, honrado. Morreu de pneumonia, coitado. De madrugada, um parente dele chegou de viagem e perguntou à viúva: 'Ele morreu de pneumonia simples ou dupla, Mariazinha?', indagou. 'Simples', respondeu ela, chorando. E ele: 'Ah! Ainda bem!'".



emtempo politica@emtempo.com.br |

Definida equipe de transição de Omar Aziz

Alessandra Campelo será responsável por comandar os trabalhos

DIVULGAÇÃO



Lei amplia políticas públicas

O governador eleito do Amazonas, senador Omar Aziz (PSD), definiu ontem (4) os três nomes que representarão a futura administração na equipe de transição de governo. Foram escolhidos a deputada estadual e vice-governadora eleita Alessandra Campelo (PSD), o ex-superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa) Thomaz Nogueira e o advogado Lucas Brandão. A comissão foi instituída pelo Decreto nº 56.003, assinado pelo governador Roberto Cidade (União Brasil) na terça-feira (3). O grupo será responsável por organizar a transferência de informações entre a atual administração e a equipe que assumirá o Executivo estadual em janeiro de 2027.

Pelo lado do governo eleito, Alessandra Campêlo será a coordenadora-geral da comissão. Ela ficará responsável por convocar e presidir reuniões, organizar o cronograma de atividades e solicitar documentos e informações aos órgãos estaduais. A composição reúne representantes das áreas política, econômica e jurídica. Alessandra fará a articulação política, Thomaz Nogueira contribuirá com a experiência em gestão pública e economia, enquanto Lucas Brandão acompanhará os procedimentos jurídicos e administrativos.

Eleita vice-governadora na chapa de Omar Aziz, Alessandra Campêlo será a principal representante política da futura administração no processo. A deputada estadual também leva para a comissão a experiência acumulada no Legislativo e na gestão pública do Amazonas. Thomaz Nogueira, por sua vez, tem trajetória ligada à administração econômica. Ele foi superintendente da Suframa e secretário adjunto da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). Também participou da elaboração do plano de governo apresentado por Omar durante a campanha eleitoral, com atuação em discussões sobre a Zona Franca de Manaus, o sistema tributário e a economia regional.

Já o advogado Lucas Brandão coordenou a área jurídica da campanha de Omar Aziz. Na transição, deverá acompanhar questões legais relacionadas à transferência da administração e à preparação da nova gestão. Pelo governo de Roberto Cidade, foram indicados o secretário de Estado da Fazenda, Dario José Braga Paim; o controlador-geral do Estado, Jeibson dos Santos Justiniano; e pelo secretário de Estado da Administração e Gestão, Robson Togni de Almeida. Os representantes das duas administrações deverão atuar em conjunto, permitindo que o grupo responsável pela próxima gestão tenha acesso às informações necessárias para planejar os primeiros meses de governo. A equipe de transição é responsável por organizar a passagem da administração de um governo para outro. Na prática, funciona como uma ponte entre quem está deixando o cargo e quem foi eleito para assumir, permitindo que o novo gestor conheça a situação do Estado antes de começar a tomar decisões. O trabalho não significa que os integrantes já estejam escolhidos para ocupar secretarias ou outros cargos no futuro governo. A função principal é levantar informações, identificar problemas e conhecer os compromissos que precisarão ser mantidos ou avaliados pela próxima administração. O levantamento deverá orientar as primeiras decisões de Omar Aziz, que assume o Governo do Amazonas em janeiro de 2027. Uma das áreas apontadas como prioridade pelo governador eleito é a saúde pública.

INSTITUCIONAL

Deputados eleitos fazem visita à Assembleia

NEY XAVIER



Deputados eleitos durante visita

O presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), deputado Adjuto Afonso (União Brasil), recebeu, na terça-feira (3), os deputados eleitos Dr. Marcelo Palhano (Agir) e Clóvis Curubão (PT), durante visita institucional à sede do Parlamento Estadual. O deputado Sinésio Campos (PT) também participou do encontro.

A agenda teve como objetivo apresentar aos futuros parlamentares a estrutura administrativa e o funcionamento da Assembleia, além de proporcionar um primeiro contato com a rotina e as atividades desenvolvidas pela Casa. Os dois deputados assumirão seus mandatos em 2027, com o início de uma nova legislatura.

Adjuto Afonso destacou a importância de receber os parlamentares eleitos e promover a integração com o Legislativo. Segundo ele, representantes de diferentes municípios podem contribuir para ampliar o diálogo e a representatividade da instituição.

"A Assembleia abre as portas para receber nossos novos deputados, para que eles nos ajudem a construir uma Casa Legislativa cada vez mais integrada. São parlamentares que vêm do interior e trazem um olhar mais atento às necessidades da população desses municípios", afirmou. Os dois parlamentares eleitos têm trajetórias ligadas à administração pública no interior do Amazonas. Dr. Marcelo Palhano é vice-prefeito de Presidente Figueiredo, município localizado a 126 quilômetros de Manaus. Ele conquistou uma vaga na Aleam com 27.753 votos. Clóvis Curubão foi prefeito de São Gabriel da Cachoeira, a 851 quilômetros da capital amazonense. Eleito com 34.869 votos, tornou-se o primeiro indígena a conquistar um mandato de deputado estadual na história da Assembleia Legislativa do Amazonas. Curubão destacou a expectativa de representar os povos indígenas.

INCLUSÃO

Aleam aprova criação do Dia Estadual do Paradesporto

A Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 937/2025, que institui o Dia Estadual do Paradesporto, a ser comemorado anualmente em 22 de setembro. A proposta, de autoria do deputado estadual Cabo Maciel (PL), foi aprovada na tarde de terça-feira (3) e estabelece a inclusão da data no Calendário Oficial do Estado.

Segundo o parlamentar, a iniciativa busca valorizar e incentivar o esporte adaptado, além de reconhecer sua importância para a inclusão social e a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Cabo Maciel destacou que o paradesporto contribui para a promoção da saúde, o fortalecimento da autoestima e o desenvolvimento de habilidades físicas e emocionais.

O deputado também ressaltou que a prática esportiva representa uma forma de garantir direitos e ampliar oportunidades para pessoas com deficiência. Para ele, a criação da data poderá estimular a conscientização da sociedade e incentivar a formulação de políticas públicas de apoio aos paratletas.

A escolha de 22 de setembro acompanha o Dia Internacional do Paradesporto, instituído pelo Comitê Paralímpico Internacional em 1989. A iniciativa busca alinhar o calendário estadual às ações internacionais de valorização do esporte adaptado e de conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência. A inclusão do Dia Estadual do Paradesporto no calendário oficial também poderá ampliar a visibilidade de atletas e modalidades adaptadas no Amazonas.

PAULO FERRAZ



Data será celebrada em 22 de setembro

Manaus, **quinta-feira, 5** de novembro de 2026
emtempo

Eduardo Braga defende proibição de bets no Brasil

Senador aponta prejuízos às famílias de baixa renda e alerta para pressão contra a medida

DIVULGAÇÃO



Braga defendeu a votação da MP

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) defendeu a aprovação da Medida Provisória 1394/2026, matéria que proíbe a exploração e a publicidade de apostas de quota fixa no Brasil. O pronunciamento ocorreu na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal durante a aprovação de um requerimento, de autoria do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), que solicita a realização de audiência pública para debater o texto. Ao detalhar os efeitos econômicos do setor, o parlamentar apontou a drenagem de recursos das famílias de menor renda e a redução no consumo de alimentos básicos. "Eu creio que essa questão das bets seja talvez uma das questões mais relevantes para a economia popular em nosso país", declarou Braga.

O senador também denunciou a interferência de grupos de pressão no processo legislativo. "Eu sei da existência de lobbies poderosos que estão acontecendo neste Congresso para que esta Medida Provisória não seja levada a votos", afirmou. E acrescentou: "É extremamente importante não deixarmos essa Medida Provisória caducar". O congressista rebateu a tese de que as empresas de apostas seriam indispensáveis para financiar clubes de futebol e veículos de comunicação.

Segundo Braga, o mercado esportivo e publicitário manteve operações regulares com patrocinadores tradicionais antes da chegada das apostas virtuais. "Está mais do que provado de que o argumento de que as bets são essenciais para o financiamento dos nossos times de futebol é absolutamente ilusório", reforçou o senador, citando prejuízos à saúde mental e casos de dependência entre apostadores.

Apresentada em 25 de setembro de 2026 pela Presidência da República, a MPV 1394/2026 ainda aguarda a instalação da Comissão Mista no Congresso Nacional. O prazo limite para deliberação da medida provisória no Congresso Nacional encerra-se em março de 2027. Na reunião da CAE, Braga e outros senadores reforçaram a importância de se levar esse debate ao plenário do Senado Federal. A discussão sobre a medida provisória também envolve os impactos das plataformas de apostas no comportamento dos consumidores e na economia nacional. A proposta busca interromper a exploração desse mercado e a divulgação de serviços que, segundo os defensores da medida, estimulam o endividamento e podem agravar situações de vulnerabilidade financeira, especialmente entre pessoas de baixa renda. A audiência pública deverá reunir representantes do governo, especialistas, entidades do setor esportivo e organizações da sociedade civil para discutir os efeitos da proibição. O debate também deve abordar possíveis consequências para a arrecadação, o patrocínio de atividades esportivas e a publicidade, antes que o Congresso avance na análise da medida provisória.



Carlos Santiago

*Sociólogo, Cientista Político e Advogado.

A democracia como meio para superar a nossa terrível tradição

No Brasil, apesar das conquistas institucionais e políticas públicas alcançadas nas últimas décadas, uma parcela significativa da população continua preservando e defendendo uma terrível tradição sócio-histórica, marcada pelo preconceito regional e social, pelo autoritarismo, pelo patrimonialismo, pelo patriarcado, pela desigualdade, pela violência e pela submissão do país a interesses estrangeiros. Essa herança manifesta-se no cotidiano do povo brasileiro e ganha maior visibilidade quando a sociedade se divide durante as eleições, como ocorreu no último pleito presidencial.

Não é possível dissociar as violências políticas e de gênero ocorridas no período pós-eleitoral, os preconceitos expressos nas redes sociais, as posturas autoritárias de indivíduos e governantes, as perseguições ideológicas nas relações de trabalho e a valorização de referências culturais e políticas dos Estados Unidos da América e da Europa sem compreender essa realidade histórica.

A vitória presidencial de um candidato com posições mais inclusivas, fraternas, soberanas e respeitosas à diversidade representa um saldo positivo do processo eleitoral. Entretanto, esse resultado não significa o fim dessa tradição perversa.

Cabe, contudo, ao presidente reeleito trabalhar para superar esse legado e construir novos caminhos para um Brasil próspero, com garantia dos direitos fundamentais, respeito às instituições e ampliação dos espaços de participação popular. Essa, certamente, não é uma tarefa fácil.

Entre os principais desafios estão o fortalecimento da participação cidadã, o enfrentamento do patrimonialismo, a consolidação da agenda ambiental, a garantia dos direitos dos povos indígenas e o emprego mais frequente de instrumentos de democracia direta, como plebiscitos e referendos, inclusive por meio das plataformas de comunicação digital.

E a democracia deve ser o meio para combater essa terrível tradição, além de ser compreendida como um processo histórico permanente, no qual as instituições e a sociedade precisam construir alternativas capazes de promover a participação, a igualdade e a inclusão social.

O cenário eleitoral brasileiro de 2026 pode ser entendido ainda como parte de uma disputa mais ampla em torno dos rumos do país. A questão central não se restringiu à definição de quem ocuparia os cargos políticos, mas envolveu também os valores, os direitos, as modalidades de participação e as concepções de sociedade que deverão orientar o futuro nacional, com ou sem essa terrível tradição.

COMBATE AO CRIME

Senadores aprovam PEC da Segurança Pública

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL



Proposta foi aprovada por unanimidade nos dois turnos

O plenário do Senado Federal aprovou na noite de terça-feira (3), em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que reorganiza as forças públicas para ampliar o combate ao crime organizado no país. O texto teve apoio unânime dos senadores votantes, com 73 votos favoráveis e nenhum contrário, em primeiro turno. No segundo turno, o placar foi de 75 votos favoráveis e nenhum contrário. Eram necessários ao menos 49 votos favoráveis para que a mudança constitucional fosse aprovada .De autoria do Poder Executivo, a PEC da Segurança estabelece penas mais duras e regimes de prisão mais restritos para chefes de facções e milícias e cria um novo pacto federativo entre União, estados e municípios para o enfrentamento ao crime no Brasil. Essa proposta foi uma das prioridades do atual governo para a área da segurança. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu criar o Ministério da Segurança Pública após aprovação da PEC. O texto-base da proposta foi aprovado no início de setembro na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, e repetiu o mesmo teor do que já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados. Com isso, o texto será promulgado pelo Congresso Nacional. A proposta também prevê o fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), com maior integração entre as forças policiais e ampliação da participação dos municípios nas ações de prevenção à violência. O texto estabelece ainda novas diretrizes para o financiamento da segurança pública e busca melhorar a cooperação entre os entes federativos no enfrentamento às organizações criminosas.

Com a aprovação em dois turnos, a PEC segue para promulgação pelo Congresso Nacional, etapa que oficializa a inclusão das mudanças na Constituição Federal. A expectativa é que as novas regras sirvam de base para uma atuação mais coordenada entre União, estados e municípios, especialmente no combate às facções, milícias e demais estruturas do crime organizado. A mudança também deverá exigir ajustes na atuação dos órgãos de segurança, com definição de responsabilidades.

emtempo redacao@emtempo.com.br | Daniel Landazuri

Petrobras amplia exploração de petróleo e gás em Tefé

Concessão de 26 mil hectares em Tefé permite ampliar operações de petróleo e gás no Polo Urucu

DIVULGAÇÃO



Nova concessão abre caminho para investimentos da Petrobras em Tefé

A Petrobras poderá dar continuidade e ampliar as atividades de prospecção, pesquisa e exploração de petróleo e gás natural em uma área de mais de 26 mil hectares no município de Tefé, a 523 quilômetros de Manaus. A autorização foi formalizada nesta terça-feira (3), com a assinatura de um Termo de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) entre o Governo do Amazonas e a companhia, para a área denominada Arara Azul 1 (ARZ-1), integrante do complexo de Urucu. A concessão permite que a estatal utilize o terreno para as atividades previstas no documento, mas não transfere a propriedade do imóvel, que continua pertencendo ao Estado. Localizada à margem esquerda do rio Tefé, a área integra uma das principais regiões de produção de petróleo e gás em terra firme do país.

O governador Roberto Cidade destacou os efeitos econômicos da medida, principalmente na geração de empregos e renda. "Quem ganha com isso é o povo do Amazonas, porque há geração de emprego e renda. É para isso que um homem público tem que trabalhar, para dar oportunidade para o povo. Em breve, assinaremos outra concessão para seguir fazendo a nossa parte. Explorar com responsabilidade, isso é o que importa", afirmou. A secretária de Estado das Cidades e Territórios, Renata Queiroz, informou que esta é a 15ª concessão formalizada pela pasta, após os procedimentos de vistoria e regularização da área. "Isso significa mais investimento e mais retorno para nossa população, tanto geração de renda, assim como a própria exploração de gás e petróleo", declarou. A presença da Petrobras tem peso na economia amazonense. Conforme estimativa divulgada em maio de 2026, a companhia mantém aproximadamente 14 mil empregos diretos e indiretos no estado. Em 2025, tributos e participações governamentais destinados ao Amazonas somaram R$ 1,5 bilhão.

O gerente de planejamento e gestão da Petrobras, Eliseu Robert Lage, afirmou que a concessão fortalece a parceria com o Estado e permite à empresa planejar investimentos futuros. "Essa concessão é mais um passo que a Petrobras dá para consolidar os seus investimentos na região olhando para o futuro", declarou. O Polo Urucu concentra atividades de extração e processamento de petróleo e gás natural, com estruturas nos municípios de Coari e Tefé. A produção média informada para a unidade é de 105 mil barris de óleo equivalente por dia. O gás natural extraído na região responde por cerca de 65% da energia elétrica consumida em Manaus e em outros cinco municípios do Amazonas. Além disso, a produção de gás liquefeito de petróleo (GLP), utilizado em botijões domésticos.

MERCADO FINANCEIRO

Dólar sobe e Bolsa registra sexta queda consecutiva

DIVULGAÇÃO



Moeda norte-americana fecha a R$ 5,48

O dólar fechou em alta e a Bolsa brasileira registrou a sexta queda consecutiva nesta terça-feira (3), em um pregão marcado pela cautela dos investidores diante das incertezas fiscais e das expectativas para a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), prevista para ontem (4). A moeda norte-americana avançou 0,74% e encerrou o dia cotada a R$ 5,486. Durante a sessão, chegou a R$ 5,509. Já o Ibovespa, principal índice da B3, recuou 1,42%, aos 165.528,92 pontos, no menor nível desde janeiro. O indicador chegou a cair abaixo dos 165 mil pontos ao longo do pregão. A sequência negativa da Bolsa ocorre desde a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 25 de outubro. No último pregão antes do resultado eleitoral, o índice estava acima dos 205 mil pontos. Além do cenário político e fiscal, a queda das ações da Petrobras e da Vale, influenciada pelo recuo das commodities no mercado internacional, pressionou o indicador. No câmbio, investidores também acompanharam a valorização do dólar no exterior e as eleições legislativas de meio de mandato nos Estados Unidos. O índice DXY, que mede a moeda norte-americana diante de seis moedas fortes, subia 0,13%, aos 101,850 pontos. A expectativa em torno da Selic também pesou nas negociações. A taxa básica está em 13,75% ao ano.

POLO INDUSTRIAL

Empresas japonesas mantêm mais de 20 mil empregos

A presença de empresas japonesas na economia do Amazonas e as oportunidades de ampliar investimentos no Polo Industrial de Manaus estiveram no centro de uma reunião entre o governador Roberto Cidade e o embaixador do Japão no Brasil, Yasushi Noguchi, na terça-feira (3), na sede do Governo do Estado. Segundo o embaixador, empresas japonesas mantêm mais de 20 mil empregos no Amazonas. Atualmente, cerca de 40 companhias com capital japonês operam na Zona Franca de Manaus, entre elas Honda, Yamaha e Panasonic. Durante o encontro, Cidade destacou a possibilidade de aproximar o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam) das indústrias instaladas no polo. A proposta é ampliar a formação profissional de jovens amazonenses para atender às demandas do mercado de trabalho industrial. Um dos exemplos da participação japonesa na economia local é a Moto Honda da Amazônia, que completa 50 anos de produção em Manaus em 2026. A fabricante emprega diretamente mais de 9 mil trabalhadores e conta com aproximadamente 120 fornecedores diretos no país. A empresa alcançou a marca de 33 milhões.

DIVULGAÇÃO



Encontro entre governador e embaixador do Japão

emtempo diaadia@emtempo.com.br | Daniel Landazuri

Queimada atinge área de 169 campos de futebol

Área foi alvo de fiscalização após identificação de derrubada de vegetação

DIVULGAÇÃO/IPAAM



Fiscalização do Ipaam identificou desmatamento e queimada

Mais de 120 hectares de vegetação foram embargados pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) após a identificação de desmatamento e queimada em Manaquiri, a 60 quilômetros de Manaus. A área, equivalente a aproximadamente 169 campos de futebol, foi alvo de fiscalização na sexta-feira (30), durante a 14ª etapa da Operação Tamoiotatá 6. Os procedimentos administrativos para formalizar o embargo foram concluídos na terça-feira (3). O terreno está localizado na comunidade Divino Espírito Santo, no Ramal do Jaraqui, às margens do Lago Jaraqui, no quilômetro 9 da rodovia AM-354. Durante a operação, os agentes utilizaram um drone para registrar imagens aéreas que confirmaram a retirada da cobertura florestal e o uso do fogo. O Termo de Embargo e Interdição abrange 120,8305 hectares.

A fiscalização ocorreu durante o período de proibição do uso do fogo no Amazonas, estabelecido pelo Decreto Estadual nº 55.339, de 9 de setembro de 2026, com duração de 120 dias. Segundo o diretor-presidente do Ipaam, Gustavo Picanço, o embargo busca impedir a continuidade da degradação enquanto avançam os procedimentos para identificar e responsabilizar os envolvidos. De acordo com o gestor, a Polícia Civil do Amazonas (PC-AM) já possui informações sobre o proprietário da área. O Instituto também reúne os dados complementares necessários para a emissão do Auto de Infração. O embargo é uma medida administrativa que pode ser aplicada antes da conclusão do processo de autuação. Sua finalidade é interromper atividades que possam ampliar os danos ambientais. Já o Auto de Infração formaliza a irregularidade constatada e dá início ao procedimento de responsabilização, que pode resultar em multa.

Na área embargada, ficam proibidas novas derrubadas de vegetação, queimadas e atividades econômicas incompatíveis com as restrições determinadas pelo órgão ambiental. A medida também pode dificultar o acesso a determinadas modalidades de crédito rural, conforme as regras do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central. Há exceções previstas, como financiamentos destinados à recuperação ambiental. O embargo, no entanto, não significa perda da propriedade. O imóvel permanece sob as restrições estabelecidas pelo órgão ambiental, e a suspensão da medida depende da avaliação do Ipaam e do cumprimento das exigências legais. A operação em Manaquiri faz parte de um conjunto de ações para combater o desmatamento e as queimadas ilegais no Amazonas. Segundo o assistente ambiental do Ipaam Izaias Pereira, as equipes foram reforçadas em municípios próximos à capital para intensificar o monitoramento de áreas onde as ocorrências ambientais podem contribuir para a fumaça que chega a Manaus.

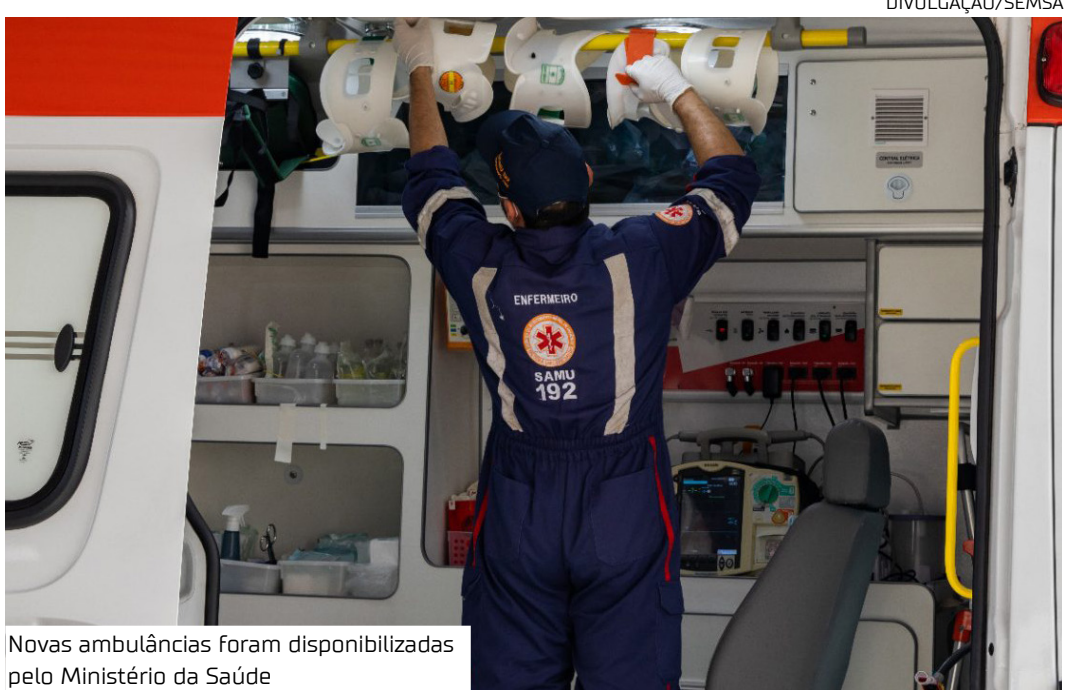
A 14ª etapa da Operação Tamoiotatá 6 reúne equipes do Ipaam, da Polícia Civil, do Batalhão de Policiamento Ambiental da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam). A ação também conta com apoio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema). Paralelamente, o Ipaam mantém a Operação Alerta Fogo, voltada à fiscalização do uso irregular do fogo durante o período de proibição. As equipes atuam em Manaus, Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Silves, Itapiranga e Itacoatiara. A Operação Região Metropolitana também mantém equipes em campo para fiscalizar outras infrações ambientais. Os agentes utilizam drones para monitorar áreas de difícil acesso e viaturas equipadas com internet via Starlink, recurso que facilita a comunicação e a consulta de informações durante as ações.

A população pode comunicar ao Ipaam possíveis casos de desmatamento ilegal e uso irregular do fogo pelo WhatsApp (92) 98557-9454. Sempre que possível, as denúncias devem incluir localização, fotos e vídeos que ajudem a identificar a ocorrência e subsidiar a fiscalização.

SAÚDE

Manaus recebe 12 novas ambulâncias para o Samu

DIVULGAÇÃO/SEMSA



Novas ambulâncias foram disponibilizadas pelo Ministério da Saúde

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) de Manaus recebeu 12 novas ambulâncias do tipo Unidade de Suporte Básico (USB), destinadas à renovação da frota utilizada no atendimento de urgência e emergência da capital. Os veículos foram entregues simbolicamente pelo Ministério da Saúde nesta terça-feira (3), em Sorocaba, São Paulo, e seguem por transporte rodoviário para Manaus.

A aquisição faz parte do programa federal Novo PAC Saúde, que prevê investimentos para fortalecer a estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o país. A secretária municipal de Saúde, Shádia Fraxe, participou da solenidade e destacou que os novos veículos substituirão ambulâncias antigas, contribuindo para melhorar as condições de atendimento à população e de trabalho dos profissionais. Segundo a secretária, a Prefeitura de Manaus havia solicitado 15 unidades e foi habilitada a receber todas. Neste primeiro momento, serão entregues 12 ambulâncias. As outras três deverão chegar posteriormente, em data ainda não informada.

Atualmente, o Samu Manaus conta com 41 ambulâncias, sendo 34 de suporte básico e sete de suporte avançado, que funcionam como UTIs móveis. A estrutura inclui ainda 16 motolâncias, utilizadas para agilizar o primeiro atendimento às vítimas, e uma ambulancha, destinada ao socorro em comunidades ribeirinhas com acesso terrestre limitado. Uma segunda ambulancha, adquirida para substituir a unidade roubada do porto de São Raimundo, também deverá integrar a frota ainda neste ano. Em 2025, o serviço já havia recebido cinco novas ambulâncias do Ministério da Saúde, ampliando a capacidade de atendimento na capital. O Samu realiza, em média, mais de 5 mil atendimentos por mês em Manaus e também presta suporte aos municípios da região metropolitana. Em 2025, a Central de Regulação recebeu 63,5 mil chamados de urgência pelo número 192. Além de Manaus, outros dez municípios do Amazonas foram contemplados pelo Novo PAC Saúde, cada um com uma ambulância de suporte básico. O programa federal também prevê a aquisição de equipamentos e veículos, além da ampliação e modernização de unidades de saúde em diferentes regiões do país.

INVESTIGAÇÃO

Dupla é presa por extorsão ligada à agiotagem

Dois homens, de 27 e 34 anos, foram presos preventivamente nesta quarta-feira (4), suspeitos de praticar roubos e extorsões contra moradores de Manaus. Segundo a Polícia Civil do Amazonas (PC-AM), os investigados utilizavam ameaças e violência para cobrar dívidas de agiotagem, chegando a tomar veículos e imóveis das vítimas. As prisões foram realizadas por equipes do 15º Distrito Integrado de Polícia (DIP), nos bairros Nova Cidade, zona norte, e Tarumã, zona oeste da capital. De acordo com a delegada Rosane Ferreira, as investigações apontaram que os dois homens atuavam juntos. Um dos primeiros crimes atribuídos à dupla ocorreu em fevereiro deste ano, quando os suspeitos, armados, assaltaram um posto de combustíveis na avenida Margarita, no bairro Nova Cidade. Durante a apuração, os policiais identificaram uma mulher que estaria sendo ameaçada pelos investigados por causa de uma dívida de agiotagem. Os homens tomaram o veículo dela como forma de pagamento e utilizaram o automóvel no roubo ao estabelecimento.

DIVULGAÇÃO



Dupla foi presa por extorquir vítimas por dívidas de agiotagem

emtempo

redacao@emtempo.com.br | Daniel Landazuri

Festival de Parintins 2027 terá ingressos de até R$ 4,8 mil

Comercialização começa em 28 de novembro; público poderá escolher entre passaporte para as três noites

DIVULGAÇÃO



Festival será realizado em 25, 26 e 27 de junho de 2027

O Festival Folclórico de Parintins 2027 terá uma nova dinâmica de venda e acesso aos ingressos. Para a edição que celebra os 60 anos do evento, a comercialização será exclusivamente digital, com início em 28 de novembro, às 9h (horário de Manaus). Os preços chegam a R$ 4,8 mil na modalidade inteira para quem deseja acompanhar as três noites de apresentações dos bois Caprichoso e Garantido, marcadas para 25, 26 e 27 de junho. A compra será feita pelo site da BaladAPP by Ticketmaster. Pela primeira vez, todo o processo ocorrerá pela internet, desde a escolha do setor até a entrada no Bumbódromo. Portanto, não haverá emissão de ingressos físicos nem troca de vouchers nos escritórios da Amazon Best. Para adquirir as entradas, o interessado deverá criar uma conta na plataforma antes da abertura das vendas. No dia 28, será necessário acessar o site, selecionar o Festival, escolher a modalidade e indicar o setor, conforme a disponibilidade. O sistema permitirá consultar o mapa de assentos. Entretanto, a escolha do lugar não representa uma reserva: a compra só será confirmada após a aprovação do pagamento. Serão aceitos Pix e cartão de crédito, com parcelamento em até três vezes sem juros. Cada CPF poderá adquirir até dois ingressos.

O público terá duas opções. O Passaporte dá acesso às três noites, enquanto o ingresso Avulso permite escolher apenas uma apresentação. Na Arquibancada Central, o passaporte custa R$ 4,8 mil (inteira) e R$ 2,4 mil (meia). Já o avulso sai por R$ 1,6 mil e R$ 800, respectivamente. Na Cadeira Tipo 1, os valores são R$ 4,5 mil e R$ 2,25 mil para o passaporte, e R$ 1,5 mil e R$ 750 para o avulso. Na Arquibancada Especial, custam R$ 3,96 mil e R$ 1,98 mil, além de R$ 1,32 mil e R$ 660 na opção avulsa. A Cadeira Tipo 2 tem os menores preços: R$ 3 mil (inteira) e R$ 1,5 mil (meia) no passaporte; no avulso, R$ 1 mil e R$ 500. Em todos os setores, será cobrada taxa de processamento de 2% sobre o total da compra. Os valores não incluem open bar. Outra mudança está na entrada do Bumbódromo. O QR Code ficará disponível no aplicativo da BaladAPP 72 horas antes de cada noite. No acesso, será necessário apresentar o código diretamente na tela do celular e um documento oficial com foto. Capturas de tela, fotografias e ingressos impressos não serão aceitos.

Quem comprar para outra pessoa deverá indicar o usuário na área "Meus Ingressos". Para isso, o beneficiário também precisará ter cadastro na plataforma e utilizar o mesmo e-mail informado pelo comprador. O prazo termina às 16h do dia da apresentação. No passaporte, a indicação poderá ser feita separadamente para cada noite. A plataforma permite uma troca após a primeira indicação e não oferece serviço de revenda. O cancelamento poderá ser solicitado em até sete dias após a compra, desde que ocorra com mais de 48 horas de antecedência da apresentação. Para o passaporte, será considerada a primeira noite, em 25 de junho. O reembolso será feito em até 72 horas para pagamentos por Pix e de 15 a 60 dias úteis para cartão.

PATRIMÔNIO

Teatro Amazonas celebra título mundial da Unesco

DIVULGAÇÃO



Reconhecimento foi concedido em conjunto com o Theatro da Paz

O Teatro Amazonas recebeu, na terça-feira (3), a cerimônia de celebração do reconhecimento dos Teatros da Amazônia como Patrimônio Mundial Cultural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A conquista, que inclui também o Theatro da Paz, em Belém (PA), torna os dois monumentos os primeiros bens culturais da Região Norte a integrar a lista internacional. A decisão foi aprovada em 27 de julho de 2026, durante a 48ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em Busan, na Coreia do Sul. O reconhecimento é resultado de uma articulação entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), os ministérios da Cultura e das Relações Exteriores e os governos do Amazonas e do Pará. Durante a solenidade em Manaus, autoridades destacaram o valor histórico dos teatros e a responsabilidade de preservar os espaços. A programação também contou com a entrega do certificado oficial e o espetáculo cênico-musical "Sons do Amazonas", com apresentações da Amazonas Band, intérpretes amazonenses e do Balé Folclórico do Amazonas. O governador Roberto Cidade relacionou a conquista à história do ciclo da borracha e à construção do Teatro Amazonas, inaugurado em 1896. Segundo ele, o título internacional representa um reconhecimento à importância do monumento para a população do estado.

A representante da Unesco no Brasil, Marlova Noleto, afirmou que a inclusão na lista mundial amplia o compromisso com a conservação dos espaços. "A partir de agora, a humanidade passa também a cuidar dos Teatros da Amazônia. Não é um ponto de chegada, é um ponto de partida", declarou. O secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa, Caio André, também ressaltou a importância do reconhecimento para a identidade cultural amazonense. Já a diretora do Teatro Amazonas, Elizabeth Cantanhede, destacou a relação do monumento com a população. "O Teatro Amazonas pertence ao povo do Amazonas e, hoje, ao mundo", afirmou. A cerimônia reuniu ainda o prefeito de Manaus, Renato Júnior, representantes do Iphan, do Ministério das Relações Exteriores e do Theatro da Paz, além de outras autoridades e integrantes da sociedade civil. No Largo de São Sebastião, a programação cultural também integrou as celebrações. A programação terá continuidade em 6 de novembro, no Theatro da Paz, em Belém.

ESPETÁCULOS

Arte Ocupa reúne atrações culturais

A arte e a criatividade vão ocupar diferentes espaços do ICBEU Manaus entre os dias 5 e 7 de novembro. Em sua terceira edição, o Arte Ocupa ICBEU 2026 terá exposições, oficinas, saraus, leituras dramatizadas e apresentações artísticas, com entrada gratuita e atividades abertas ao público.

Promovido pelo ICBEU, por meio da Art School, o evento celebra o Dia Nacional da Cultura, comemorado em 5 de novembro, e busca valorizar a produção artística e os talentos locais. A programação será distribuída entre o Teatro ICBEU, a The Art Gallery, a biblioteca e as salas de dança.

Entre os destaques está a exposição "Judeus da Amazônia", na galeria de arte, além de trabalhos de desenho e pintura. Na quinta-feira (5), às 15h30, haverá leitura dramatizada com Giese Rebelo e Maristela Silva. Às 18h, o público poderá acompanhar o "Art School Concerts – Sarau", na área de convivência.

Na sexta-feira (6), a programação inclui oficina de dança contemporânea com Anádria Rassyne, às 15h30, para participantes a partir de 16 anos. Também estão previstas leituras dramatizadas e uma intervenção de violino, às 16h10.

DIVULGAÇÃO



Evento do ICBEU ocorre de 5 a 7

Amazonas FC acumula quatro punições da Fifa

Clube deve cerca de R$ 10 milhões, enfrenta atrasos salariais

Em Tempo

O Amazonas voltou a entrar no radar da Fifa por pendências financeiras. A entidade aplicou mais dois transfer bans ao clube na terça-feira (3), elevando para quatro o número de punições ativas. Com isso, a Onça-pintada continua impedida de registrar novos jogadores justamente quando se aproxima o início da preparação para a temporada 2027. As novas restrições estão relacionadas a dívidas com o atacante belga Josh Eppiah e o venezuelano Jonny Uchuari. A situação aumenta a preocupação com a montagem do elenco, já que o clube tem pouco menos de um mês até o início previsto da pré-temporada. Enquanto não resolver as pendências que motivaram os bloqueios, o Amazonas não poderá inscrever novos atletas. O problema faz parte de uma crise financeira que se agravou ao longo de 2026. Segundo informações publicadas pelo ge Amazonas, a dívida total do clube está estimada em R$ 10 milhões. Além disso, jogadores encerraram a temporada com quatro ou cinco meses de salários atrasados.

DIVULGAÇÃO



Quarto transfer ban amplia crise do Amazonas antes da temporada 2027

Um dos casos recentes envolve o atacante Ronaldo. Em entrevista ao ge, o jogador confirmou que deixou o Amazonas com cinco meses de vencimentos pendentes. Ele também afirmou que a situação financeira pesou na decisão de não permanecer para 2027. A saída de atletas e as dificuldades para manter os pagamentos em dia expõem os desafios da diretoria para reorganizar o clube. Dessa forma, a regularização das dívidas se tornou uma etapa importante não apenas para liberar novos registros, mas também para recuperar a confiança de jogadores e profissionais do futebol. O Amazonas convive com restrições da Fifa desde o início do ano. Em 15 de abril, a entidade aplicou uma punição relacionada ao caso de Josh Eppiah, contratado pelo clube, mas que deixou Manaus sem disputar partidas oficiais.

Nos meses seguintes, novas decisões fizeram a equipe acumular seis processos simultâneos. Naquele período, o bloqueio impediu a inscrição de reforços durante a disputa da Série C do Campeonato Brasileiro. A diretoria conseguiu retirar gradualmente as punições e encerrou a sequência de bloqueios em 24 de agosto. Entretanto, a tranquilidade durou pouco. Em outubro, o clube voltou a aparecer na lista de equipes impedidas de registrar jogadores. Agora, com quatro punições ativas, enfrenta novamente o obstáculo na preparação para o próximo calendário.

A restrição coloca pressão sobre o planejamento esportivo da Onça-pintada. O clube tem compromissos previstos no Campeonato Amazonense, na Copa do Brasil, na Copa Verde e na Série C do Campeonato Brasileiro. Portanto, precisa organizar o grupo com antecedência para disputar quatro competições. O transfer ban é uma medida que impede a inscrição de novos atletas, tanto no futebol nacional quanto no internacional. A punição pode ser retirada após a regularização das pendências que motivaram a decisão.

TENDÊNCIA FITNESS

Highflex une força e alongamento em treinos

A busca por uma rotina de exercícios mais variada tem levado academias a incluir novas modalidades nas aulas coletivas. Uma delas é o Highflex, prática que combina movimentos inspirados na yoga e no pilates para trabalhar flexibilidade, mobilidade e fortalecimento abdominal.

A atividade passou a integrar a programação da Bodytech Ponta Negra, em Manaus, há menos de um mês. As aulas duram 50 minutos e ocorrem às terças e quintas-feiras, às 19h. A modalidade é exclusiva para alunos da academia e tem atraído principalmente mulheres com mais de 40 anos. O treino começa com 25 minutos de alongamento. Em seguida, outros 25 minutos são dedicados ao fortalecimento abdominal e ao trabalho do core, região central do corpo.

Para variar os movimentos, a aula utiliza anilhas, halteres e bastões, além de tapetes e colchonetes. A música também acompanha os exercícios, com sucessos atuais.

Segundo o personal trainer Andrew Rogger, a modalidade trabalha diferentes grupos musculares da região abdominal. "No Highflex, o trabalho é completo, pois realizamos exercícios que envolvem o core, a região supra-abdominal, a infra-abdominal e os oblíquos", explica. Além dos exercícios, as aulas coletivas estimulam a interação entre os participantes. Para Rogger, a experiência em grupo pode tornar a atividade física mais prazerosa e ajudar na regularidade dos treinos.

"As aulas coletivas proporcionam esse momento de interação, de conversar, conhecer outras pessoas e se movimentar em grupo. Quando você encontra uma atividade que une exercício, música e diversão, o treino fica mais prazeroso", destaca.

DIVULGAÇÃO



Modalidade mistura yoga e pilates

CONQUISTA

Medina assume vice-liderança do surfe mundial nas Filipinas

O brasileiro Gabriel Medina conquistou nesta terça-feira (3) a etapa de Cloud 9, nas Filipinas, e assumiu a vice-liderança do circuito mundial de surfe, a World Surf League (WSL). Tricampeão mundial, o atleta venceu o australiano Jack Robinson na final, com somatório de 16,93 pontos contra 14,50, e garantiu seu primeiro troféu na temporada. O resultado também encerrou um jejum de quase três anos sem vitórias em etapas da WSL. Antes do triunfo nas Filipinas, Medina havia chegado a três finais em 2026, mas terminou como vice-campeão em Margaret River, Fiji e Peniche.

DIVULGAÇÃO



Tricampeão mundial sela primeira vitória em 2026

Com a conquista, o brasileiro subiu da quinta para a segunda posição do ranking, com 53.210 pontos. Agora, está atrás apenas do paranaense Yago Dora, atual campeão mundial, que lidera a classificação com 54.950 pontos. Na final, Medina começou melhor e abriu vantagem com uma onda avaliada em 7,50 pontos. Robinson respondeu com 6,17, mas o brasileiro ampliou a diferença ao conseguir um tubo que recebeu nota 9,43. O australiano ainda tentou reagir e marcou 8,23 pontos em outra onda. No entanto, Medina administrou a vantagem nos minutos finais e confirmou a vitória. O resultado marcou a primeira conquista do brasileiro na temporada, depois de três decisões sem título. Antes da final, Medina também superou Yago Dora em uma semifinal brasileira. Com somatório de 15,76 pontos contra 13,50 do adversário, garantiu a vaga na decisão e impediu que o líder do ranking ampliasse a vantagem. A etapa nas Filipinas foi a penúltima antes da decisão do circuito, marcada para Pipeline, no Havaí, entre 8 e 20 de dezembro. Além de Medina e Dora, outros brasileiros seguem com chances matemáticas de conquistar o título. O potiguar Ítalo Ferreira ocupa a terceira posição, com 49.335 pontos, enquanto o paulista Miguel Pupo aparece em quinto, com 45.270.

emtempo plateia@emtempo.com.br | Daniel Landazuri

Trump sofre derrota eleitoral no Congresso dos EUA

REPRODUÇÃO



Republicanos perderam maioria na Câmara e Senado

Democratas conquistam maioria na Câmara e no Senado

A derrota histórica do presidente Donald Trump nos Estados Unidos (EUA), que levou os republicanos a perderem maioria na Câmara e no Senado, pode contribuir para frear a política de intervenções da Casa Branca na América Latina, além de incentivar Washington a chegar a um acordo com o Brasil no caso das tarifas comerciais. A política externa de Trump vem defendendo a "proeminência" de Washington na região, incluindo a defesa da "dominação" dos EUA no continente com medidas para bloquear a influência econômica da China nos países latino-americanos e caribenhos.

Essa política foi marcada pela invasão da Venezuela, com o sequestro do presidente Nicolás Maduro em janeiro de 2026, e posterior acordo petroleiro com Caracas, que reservou 21% do petróleo do país para uma empresa ligada ao Pentágono, dos EUA, com parte do óleo a ser vendido pelo preço de custo. A professora de Relações Internacionais Camila Vidal, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), explicou à Agência Brasil que um Congresso de maioria democrata vai impor uma série de limites para Trump, como na autorização de gastos para ações no exterior, e na abertura de investigações contra membros do Executivo.

"No âmbito da defesa, isso vai ser muito importante. Eu imagino que o Congresso tende a sustar os gastos desse setor. Na América Latina, isso tende a ser percebido, inclusive, dentro do Escudo das Américas, com talvez menos recursos e menos ênfase a essa política. Portanto, pode vir a representar um freio para interromper essas políticas intervencionistas", avalia. Uma das iniciativas que marca a política de Trump neste segundo mandato é o Escudo das Américas, criado sob a justificativa de combater os cartéis de drogas, mas que tem sido apontado instrumento de interferência dos EUA na região.

Na Bolívia, o Escudo das Américas foi usado para prender o procurador-geral do país, Roger Mariaca, por uma acusação de colaboração com o narcotráfico. A prisão de Mariaca levantou suspeitas porque ele investigava o operador digital Fernando Cerimedo, ligado ao movimento de Trump nos EUA, e que atuou como assessor dos presidentes da Argentina, Javier Milei, e da própria Bolívia, Rodrigo Paz. Entre outras medidas da Casa Branca, o tarifaço aplicado pelo governo Donald Trump contra o Brasil vem sendo interpretado pelo governo brasileiro como uma interferência política que mirou as eleições de outubro a favor do adversário do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O doutor em Ciência Política Juliano Machado Pires avalia que a derrota eleitoral desta terça-feira (3) deve funcionar como um incentivo para o governo Trump chegar a um acordo com o Brasil. "Se eles aprenderam algo com a derrota, é que a economia precisa melhorar. Comprar briga com o Brasil neste momento não faz o menor sentido", disse à Agência Brasil. Juliano acrescentou ainda que o secretário do Departamento de Estado, Marco Rubio, responsável pela política externa do governo Trump, deve ficar mais ocupado dando explicações ao Congresso agora com maioria democrata. "Eles precisam de uma série de acordos que eles têm interesse no Brasil, em várias áreas, como nas tarifas, terras raras e data centers. Se eles forem racionais, é o momento de fazer as pazes com o governo brasileiro", disse. Juliano Machado não descarta, no entanto, a possibilidade de o governo Trump buscar criar "factóides".

WEGOVY

Anvisa aprova comprimidos para tratar obesidade

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL



Wegovy só era disponível no Brasil em forma de caneta injetável

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, ontem (4), o registro do Wegovy em comprimidos, primeira versão oral da semaglutida autorizada no Brasil. Até então, o medicamento para tratamento da obesidade estava disponível no país apenas em solução injetável. A nova apresentação será tomada uma vez ao dia, com aumento gradual da dose até chegar a 25 miligramas (mg), quantidade indicada para manutenção do tratamento. O esquema começa com 1,5 mg e passa por etapas de 4 mg e 9 mg, conforme a bula. O comprimido deve ser ingerido em jejum, com pequena quantidade de água. Depois, o paciente precisa esperar pelo menos 30 minutos antes de comer, beber ou tomar outros medicamentos. O Wegovy oral é indicado para adultos com obesidade ou sobrepeso associado a outras doenças. O uso deve ser combinado com alimentação saudável e atividade física. A semaglutida imita a ação do hormônio GLP-1, que participa da regulação do apetite e da ingestão de alimentos.

Segundo a Anvisa, a nova formulação amplia as opções de tratamento e permite a transição entre as apresentações oral e injetável, quando houver indicação clínica e orientação profissional. A aprovação teve como base o estudo clínico de fase 3 OASIS 4, que avaliou a dose oral de 25 mg em adultos com obesidade ou sobrepeso associado a comorbidades. Ao longo de 64 semanas, os participantes que receberam a medicação tiveram perda média de peso superior a 13%, acima do resultado registrado pelo grupo que recebeu placebo. A pesquisa também identificou melhora em indicadores de saúde cardiometabólica. A obesidade é uma doença crônica e multifatorial, associada a maior risco de diabetes tipo 2, hipertensão, doenças cardiovasculares e apneia do sono. A agência destaca que a escolha da apresentação e o acompanhamento do tratamento devem considerar as condições de cada paciente. A Anvisa reforça que o medicamento deve ser utilizado somente com prescrição e acompanhamento médico e também orienta que os pacientes não alterem doses.

MEIO AMBIENTE

Área urbanizada em favelas cresce 152% no Brasil

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL



Dados são da Coleção de Mapas Anuais de uso da terra do MapBiomas

A área urbanizada em favelas e comunidades do Brasil cresceu 152% entre 1985 e 2025, passando de 60,2 mil para 151,7 mil hectares. No mesmo período, a vegetação disponível dentro desses territórios diminuiu proporcionalmente, ampliando a exposição dos moradores aos efeitos das mudanças climáticas. Os dados fazem parte de um levantamento do MapBiomas, divulgado nesta quarta-feira (4), que analisou a expansão urbana e a cobertura vegetal em comunidades brasileiras. O estudo identificou que a vegetação por hectare urbanizado caiu de 0,060 para 0,040 em quatro décadas. Em 1985, as favelas tinham 43% mais vegetação intraurbana do que as demais áreas urbanizadas do país. Em 2025, o cenário se inverteu: a disponibilidade de áreas verdes nesses territórios ficou 15% abaixo da registrada nas outras regiões urbanas. O levantamento contabilizou 12,3 mil favelas em 651 municípios brasileiros em 2025. Desse total, 60,3% da urbanização surgiu depois de 1985. Além disso, 42,4% das comunidades pelo menos dobraram de tamanho no período. Segundo Júlio Cesar Pedrassoli, coordenador do tema Urbano do MapBiomas, a redução da vegetação deixa esses locais mais vulneráveis a eventos climáticos extremos. O especialista defende que o planejamento das cidades considere as áreas verdes nas comunidades. A vegetação urbana de todo o país, incluindo áreas internas e arredores das cidades, caiu de 6,5 milhões para 4,1 milhões de hectares entre 1985 e 2025, uma redução de 35,9%. Ao mesmo tempo, as áreas urbanizadas sem cobertura vegetal chegaram a 4,24 milhões de hectares. O estudo também relacionou a cobertura vegetal à temperatura. Em áreas urbanizadas com menos de 10% de vegetação, a intensidade das ilhas de calor é maior. Durante o verão, esses locais podem registrar temperaturas até 7°C acima das observadas em áreas não urbanizadas e cobertas por vegetação. Para Pedrassoli, os números reforçam a necessidade de ampliar soluções baseadas na natureza..

Classitempo

emtempo

www.emtempo.com.br

LIGUE E ANUNCIE:

(092) 98859-0110 - Whatsapp

Comerciallemtempo@gmail.com
Classificadosemtempo@gmail.com

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES COLETIVO URBANO E RODOVIÁRIO DE MANAUS E REGIÃO METROPOLITANA

COMUNICADO DE GREVE

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES COLETIVO URBANO E RODOVIÁRIOS DE MANAUS E REGIÃO METROPOLITANA vem através de seu representante legal infra-assinado comunicar a população em geral e usuários do transporte coletivo de Manaus e a quem possa interessar que os trabalhadores rodoviários de Manaus, em decisão tomada em assembleia no dia 04 de novembro de 2026 foi aprovado greve geral por tempo indeterminado a partir das 00h01min do dia 09/11/2026 (segunda feira).

As empresas do transporte coletivo de Manaus veem constantemente atrasado o pagamento dos trabalhadores rodoviário de Manaus causando transtornos e dificultando que os trabalhadores possam arcar com seus compromissos e levar o sustento para suas famílias, e assim, não restando outra forma senão de paralisar os serviços das empresas.

Estamos cumprindo a lei de greve, cumprindo os prazos e notificando os interessados com antecedência além do previsto, e solicitamos ao Sinetran para que organizem suas escalas de trabalho com 50% da frota operante para que os usuários possam ter o mínimo para se deslocarem a partir das 00h01min do dia 09/11/2026 (segunda feira), como também, estamos à disposição para a negociação até a data prevista para a realização da greve geral.

Givancir de Oliveira Silva
Presidente

Prefeitura de Manaus

AVISO DE PROSSEGUIMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 094/2026 – CML/PM
(Processo n. 2026.01637.01412.0.007592 – SEMSA)

OBJETO: Eventual aquisição de material odontológico (Agulha Descartável Gengival, Alginato Tipo I, Cartela para Raio X e outros), para atender a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA conforme quantidade, especificações técnicas, regras e condições estabelecidas no Termo de Referência, através do Registro de Preços.

Data e Horário: 06/11/2026 às 10h00 (horário de Brasília).

Maiores informações:

O Pregão Eletrônico será realizado em sessões públicas, através do Portal de Compras da Prefeitura de Manaus, com o endereço eletrônico compras.manaus.am.gov.br.

Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes no edital.

Contato: 0xx-92-98802-3847, das 09 às 18h, e-mail: cml.se@manaus.am.gov.br.

Manaus, 04 de novembro de 2026.

GUSTAVO SEREJO ANTONY
Presidente da Subcomissão de Saúde
da Comissão Municipal de Licitação – CML, em exercício.



emtempo.com.br



emtempo

COMERCIALLEM TEMPO@GMAIL.COM

CLASSIFICADOSEM TEMPO@GMAIL.COM

(92) 98859-0110 COMERCIAL